



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

AL. DE JUSTIÇA DE
P. E. L. S. Nº 4/2
0015

Habeas Corpus n.º 0205742-7- 3ª Vara Criminal de Olinda-PE

Impetrante: Paulo Henrique Melo Silva Sales
Paciente: Marcio Garcia Silva dos Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

124

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO*. PRISÃO EM FLAGRANTE. PORTE DE ARMA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. LIBERDADE PROVISÓRIA PLEITEADA. CONCESSÃO.

1. Embora demonstrada a materialidade do crime e os indícios suficientes de autoria, a mera referência a outro processo a que o paciente responde, não transitado em julgado, sem fundamentação em elementos concretos dos autos, não possui o condão de autorizar a prisão preventiva.

2. Ostentando o paciente atributos pessoais favoráveis. É de ser concedida a mercê da liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais.

A C Ó R D ã O

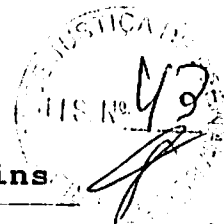
Vistos, relatados e discutidos estes autos de *Habeas Corpus* n.º 0205742-7, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Olinda-PE em que são partes as acima indicadas. Acordam, unanimemente, os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada em 2 / 2 / 2010, conceder a ordem, tudo de acordo com o relatório, a ementa e os votos anexos, que fazem parte do julgado.

Recife, 2 de fevereiro de 2010.

Des. Roberto Ferreira Lins.
Presidente e Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205742-7- 3ª Vara Criminal de Olinda-PE

Impetrante: Paulo Henrique Melo Silva Sales
Paciente: Marcio Garcia Silva dos Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

125

RELATÓRIO

Cuida-se de *Habeas Corpus* Liberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo Bel. Paulo Henrique Melo Silva Sales, por meio da atorial de fls. 02 a 19, em prol de Marcio Garcia Silva dos Santos, preso em flagrante e denunciado pela prática do delito previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03, apontando como autoridade coatora a Juíza de Direito da 3ª Vara Criminal de Olinda-PE.

O impetrante alega que a conduta do paciente é atípica, por força da Lei nº 11.922/09, não havendo justa causa na sua prisão. Afirmar que o crime é afiançável, consoante previsto na Lei nº 6416/77, e que o Superior Tribunal de Justiça decidiu que não comete o crime de porte ilegal de arma de fogo quem traz consigo arma desmuniçada.

Assere que o paciente está preso desde 31/03/09, há 180 (cento e oitenta) dias, respondendo a processo em que, caso seja condenado, se livraria solto, não havendo fatos concretos que recomendem a manutenção de sua prisão, inexistindo ameaça à ordem pública, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal, sendo o paciente primário, com bons antecedentes, trabalho definido e endereço conhecido. Por fim, aduz que deve prevalecer o princípio da presunção de inocência, tendo o paciente direito a concessão da liberdade provisória.

Indeferido o pedido de liminar, a autoridade impetrada prestou as informações de fls. 30 a 31, esclarecendo que, em 17/03/09, o paciente foi preso em flagrante, tendo sido encontrado em sua posse direta um revólver Taurus, calibre 38, carregado com 04 (quatro) munições, sendo localizadas mais 06 (seis) munições. Aduz que a denúncia foi recebida em 20/04/09, determinando-se a citação do paciente e a intimação do defensor habilitado, para a apresentação de defesa preliminar, que foi ofertada em 08/06/09, sendo designada audiência de instrução e julgamento para 10/11/09, inexistindo pauta vaga anterior.

Esclarece que, em 22/09/09, os autos foram remetidos ao nutirion carcerário, que manteve a prisão do paciente, devolvendo o feito à Vara em 11/11/09, tendo sido designada nova data para realização de audiência em 15/12/09, ocasião em que foi ouvida uma das testemunhas da acusação, que insistiu na oitiva das demais, o que culminou com a designação de audiência de continuação para o dia 06/04/10, face à inexistência de pauta vaga anterior, tramitando o feito dentro da normalidade.

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer de fls. 34 a 35, opinou pela concessão da ordem, entendendo que não há necessidade de manter-se a prisão do paciente, que está encarcerado há quase 01 (um) ano por crime afiançável, não restando demarcada nos autos a necessidade imperiosa da constrição de liberdade do mesmo.

É o relatório.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins

44
JUL 11 2008

Habeas Corpus n.º 0205742-7- 3ª Vara Criminal de Olinda-PE

Impetrante: Paulo Henrique Melo Silva Sales
Paciente: Marcio Garcia Silva dos Santos
Relator: Des. Roberto Ferreira Lins
Procuradora: Dr.ª Janeide Oliveira de Lima
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal

126

VOTO DO RELATOR

Senhores Desembargadores, Sr (a) Procurador(a) de Justiça.

Como visto no relatório, o presente *writ* foi impetrado em favor de Marcio Garcia Silva dos Santos, preso em flagrante e denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no art. 14 da Lei nº 10.826/03.

O impetrante deste *habeas corpus*, inconformado com a medida restritiva de liberdade, aduz, em síntese, a ausência dos requisitos autorizadores da prisão preventiva, a atipicidade do fato, e que o paciente tem atributos pessoais favoráveis, devendo prevalecer o princípio da presunção de inocência, concedendo-se o benefício da liberdade provisória.

Pois bem.

Inicialmente, quanto à ausência de fundamentação da decisão negatória do pedido de liberdade provisória, é de se pôr em relevo que, para a manutenção da prisão do paciente, deve ser demonstrada sua necessidade, seja em relação à garantia da ordem pública ou da aplicação da lei penal, seja relativamente à conveniência da instrução criminal, alicerçada em fatos que realmente se possa inferi-la.

É preciso que existam fatos concretos, noticiados no processo, como, por exemplo, o risco de o réu vir a fugir à ação da justiça por não ter residência certa e profissão definida, ou haver receio de que venha influenciar testemunhas, ou a ocorrência de conduta que indique que o réu continuará a delinquir, para que sua prisão preventiva seja decretada.

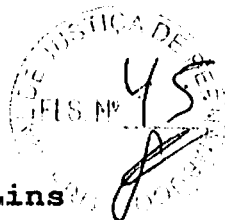
Observa-se que a MM. Juíza *a qua*, à fl. 38, ratificou os argumentos expedidos pelo MM. Juiz no mutirão carcerário (fl. 39), cuja decisão manteve a prisão provisória do paciente, asseverando estarem presentes os indícios de autoria do crime, bem como prova da sua existência, e fundamentou a comprovação dos requisitos da prisão preventiva nos seguintes termos, *verbis*:

“Ora, vislumbrando os autos, bem como todos os documentos trazidos à baila, verifica-se que estão presentes os pressupostos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a prova da materialidade e os indícios suficientes da autoria, bem como um dos fundamentos impostos pela Lei Processual, qual seja, a garantia da ordem pública.

O denunciado, como se depreende da FAC acostada, responde ao processo criminal nº 226.2008.008060-1, onde é acusado da prática do crime previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/2006. Logo, a sua segregação se faz necessária para garantia da ordem pública.”



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205742-7- 3ª Vara Criminal de Olinda-PE

127

Conforme se vê da transcrição acima, consta da decisão guerreada, como fundamento da prisão preventiva, a garantia da ordem pública.

Todavia, só a referência de que a custódia se faz necessária para preservar a ordem pública, não comprovados quaisquer dos elementos autorizadores da prisão preventiva, não é suficiente; é indispensável que se informe em que consiste essa ameaça à ordem pública, e isso é o fundamento que se exige para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, o Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que inquéritos policiais, ações penais em curso, e sentenças condenatórias ainda não transitadas em julgado, não podem servir como maus antecedentes e nem devem ser considerados para valorar a personalidade ou conduta do agente, sob pena de ofensa ao princípio constitucional da presunção de inocência (artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal), *verbis*:

PENAL. HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO CAUTELAR. MAUS ANTECEDENTES. AÇÕES EM ANDAMENTO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ENCERRAMENTO. INSTRUÇÃO CRIMINAL. EXCESSO DE PRAZO. MATÉRIA. APRECIACÃO. AUSÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.

1. Nos termos da jurisprudência assente nesta Corte, a existência de inquéritos e processos em andamento não implica maus antecedentes, e, em razão disso, não podem ser considerados para valorar negativamente a personalidade do agente.

2. A matéria atinente ao alegado excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal não foi apreciada pelo Tribunal de origem, circunstância que torna inviável o exame da questão por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

3. Recurso conhecido em parte e, nessa extensão, provido, a fim de determinar que o paciente seja posto em liberdade provisória, nos termos do art. 310, parágrafo único, do Código de Processo Penal, mediante termo de compromisso a ser lavrado perante o Juízo do fato, expedindo-se a seguir, alvará de soltura. (RHC 23.549/BA, Rel. Min. Og Fernandes, 6ª Turma, julgado em 16/12/2008)

Não há menção a quaisquer fatos que levem a crer que o crime tenha causado repercussão na comunidade ou que o paciente ou o delito praticado apresentem peculiaridade que autorize a garantia da ordem pública.

Em resumo, a necessidade da prisão do réu deve ser inferida de fatos concretos que determinem, cautelarmente, o seu afastamento do convívio social. No presente caso, esses fatos não foram apresentados como motivo para a prisão do paciente.

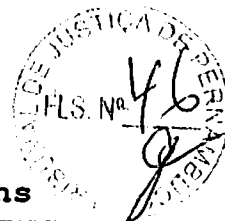
Desse modo, embora presente a materialidade do delito e os indícios suficientes de autoria, não vislumbro os requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, autorizadores da prisão preventiva.

Vê-se, portanto, que os fundamentos da decisão negatória de liberdade provisória não convencem, sobretudo porque omisso em relação a fatos concretos que permitissem inferir a sua necessidade.

Inexistindo, pois, quaisquer das hipóteses autorizadoras da segregação preventiva, torna-se injustificada a segregação cautelar do paciente, até porque, em razão da sistemática processual vigente, trata-se de medida de execução, devendo ser evitada o quanto possível.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Roberto Ferreira Lins



Habeas Corpus n.º 0205742-7- 3ª Vara Criminal de Olinda-PE

É vero que o próprio impetrante postulou, com realismo, a concessão ao paciente do benefício da liberdade provisória mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais.

Por fim, vale dizer, a soltura do acusado não significa que permanecerá em liberdade até o final do processo criminal, vez que a ocorrência de fatos supervenientes que importem na violação à garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou aplicação da lei penal, permite ao juiz decretar novamente a prisão preventiva, conforme dispõe o art. 316, segunda parte do Código de Processo Penal.

Com essas considerações, concedo a ordem impetrada, para conferir ao paciente a mercê da liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos processuais, sob pena de revogação do benefício, expedindo-se em seu favor o competente alvará de soltura, vinculado ao proc. n.º 226.2009.001581-0, a fim de que seja imediatamente posto em liberdade se por aí não estiver preso.

Des. Roberto Ferreira Lins
Relator